

REDUÇÃO DA LITIGIOSIDADE

POSSÍVEIS CAMINHOS

Daniela Madeira

Conselheira do CNJ

Integrante do Grupo Decisório do

Centro de Inteligência do Poder Judiciário

gab.danielamadeira@cnpjus.br

I ENCONTRO NACIONAL
**REDE DE INTELIGÊNCIA
DO PODER JUDICIÁRIO**

TEFT - RESE. P. JUD. CNJ



Há uma demanda infinita de resolução de conflitos humanos?



ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE POR MAGISTRADO (IPM)

PROCESSOS JULGADOS POR MAGISTRADO

ALTA DE 6,04% ↑

8,8 CASOS POR DIA ÚTIL

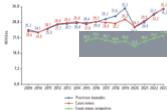


DESEMPENHO DE APROXIM.

O número de casos julgados por magistrados tem crescido a cada ano

Mas mesmo assim, há mais casos novas a cada ano

Figura 15 - Série histórica dos casos novos e processos finalizados





PROBLEMAS COMPLEXOS (WICKED PROBLEMS)

CARACTERÍSTICAS:

1. Não têm uma só causa
2. Não têm uma solução fácil ou simples
3. São sintomas de outros problemas
4. Envolvem múltiplos atores



EXEMPLOS:

Desigualdade
social

Alta litigiosidade
judicial

Insegurança
alimentar

Saúde
pública

**No Judiciário,
consideramos
todas as formas
de inovação!**





**Outras formas
de inovação!**

Gestão organizacional

Núcleo de Justiça 4.0

Sistema de Painéis

IRDR

Plataformas de conciliação

Centros de Inteligência

**NUGEP – Núcleo de
Gerenciamento de
Precedentes**

**NUPEMEC – Núcleo
Permanente de
Mediação e
Conciliação**



O que é o Centro de Inteligência do Poder Judiciário?

- Previsto na Resolução CNJ n. 349/2020, o Centro de Inteligência e a rede de centros possuem o objetivo de identificar e propor tratamento adequado de demandas estratégicas ou repetitivas e de massa no Poder Judiciário brasileiro
- Criado em decorrência do item 4 dos Macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, consistente na “gestão de demandas repetitivas e grandes litigantes”, visando reduzir o acúmulo de processos na Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho com especial atenção para os relativos a litígios multitudinários que, após identificados, comportam solução semelhante, com reversão ou prevenção de cultura excessiva da judicialização.

Questionário enviado aos Centros de Inteligência em 2024

- Elaborado mediante parceria realizada entre o CNJ, o CSJT e futura parceria com o Conselho da Justiça Federal
- **60 respondentes** dos segmentos estadual, federal e trabalhista
- **30 perguntas realizadas**
- Embasará pesquisa a ser realizado pelo programa Justiça Pesquisa mediante parceria entre o CNJ e instituição de pesquisa a ser contratada



Conceito de litigância abusiva

Recomendação nº 159, aprovada

na 13ª Sessão Ordinária de 22/10/2024



RECOMENDAÇÃO Nº 159 DE 22 DE OUTUBRO DE 2024

Recomenda medidas para identificação, tratamento e prevenção da litigância abusiva.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) e o CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO as diretrizes e as garantias fundamentais previstas na Constituição Federal, em especial o direito de acesso à Justiça, e os princípios da eficiência, moralidade e economicidade, que vinculam a Administração Pública, inclusive a judiciária;

CONSIDERANDO a importância do atendimento das ações do Poder Judiciário aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, com especial atenção ao ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes);

CONSIDERANDO que, no julgamento da ADI 3.393, o Supremo Tribunal Federal registrou a preocupação com o equilíbrio na manutenção da máquina judiciária, de modo a não inviabilizar a prestação jurisdicional com qualidade, e, no julgamento das ADIs 6.793 e 7.885, reconheceu a prática de assédio judicial contra juristas, autorizando a retenção de todos os ações no fluxo do domínio da causa discutida;

Art. 1º. Recomendar aos(as) juízes(as) e tribunais que adotem medidas para identificar, tratar e sobretudo prevenir a **litigância abusiva**, entendida como o desvio ou manifesto excesso dos limites impostos pela finalidade social, jurídica, política e/ou econômica do direito de acesso ao Poder Judiciário, inclusive no polo passivo, comprometendo a capacidade de prestação jurisdicional e o acesso à Justiça.

Parágrafo único. Para a caracterização do gênero "litigância abusiva", devem ser consideradas como espécies as condutas ou demandas sem lastro, temerárias, artificiais, procrastinatórias, frívolas, fraudulentas, desnecessariamente fracionadas, configuradoras de assédio processual ou violadoras do dever de mitigação de prejuízos, entre outras, as quais, conforme sua extensão e impactos, podem constituir litigância predatória.

Anexo I

condutas potencialmente abusivas



Requerimentos de
justiça gratuita



Pedido de dispensa de audiência
preliminar ou de conciliação



Submissão de documentos com
dados incorretos



Proposição de ações judiciais de
forma fragmentada ou idênticas



Distribuição de ações sem
documentos essenciais ou
genéricos



Concentração de grande volume de
demandas sob o patrocínio dos
mesmos profissionais, muitos de
fora da sede

Anexo II

medidas judiciais a serem adotadas diante da litigância abusiva



Intimação para
complementar ou juntar



Realização de audiência
preliminar ou meios conciliatórios



Julgamento conjunto ou
medidas articuladas entre os



Prática presencial de
determinados atos processuais



Cruzamento de informações para
verificar CEP, local de residência e
demais informações



Exercício do Poder Geral de
Cautela e atenção a casos de
vulnerabilidade econômica,
informacional ou social da parte

medidas recomendadas aos Tribunais



Criação de painéis de monitoramento



Geração e divulgação de relatórios periódicos para promover medidas preventivas ou corretivas



Integração de bases de dados e sistemas de controle processual



Monitoramento da concentração de grande volume de demandas



Cooperação e ação coordenada com o Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Defensoria Pública



Conferência e correlação de demandas com suas classes e assuntos processuais para permitir análises processuais quantitativas

Sistema Nacional de Observatório e Inteligência da Litigiosidade do Poder Judiciário Brasileiro

Finalidade dupla e sinérgica

Visão Estratégica: Monitoramento inteligente de Demandas (diagnóstico e prognóstico da judicialização em escala nacional. Base: Tabela processual Unificada - TPU)

Visão operacional: Identificação e Tratamento de Demandas (litigância abusiva, coisa julgada, litispendência)

Panorama

- Existência de demandas abusivas
Recomendação CNJ nº 159/2024
- Excesso de litígios de massa
- Necessidade de segurança jurídica

Funcionamento/Objetivo

- Automação de ciclo contínuo de análise em **três etapas**
- Transformação do atual processo reativo e manual em um **fluxo proativo e autônomo**



RECOMENDAÇÃO Nº 159 DE 20 DE OUTUBRO DE 2024

Recomendação emitida para identificação, tratamento e prevenção de litígios abusivos.

Estrutura

1ª Etapa: Radar
2ª Etapa: Sonda
3ª Etapa: Perito

Etapa 1: RADAR - Monitoramento Universal de Metadados

- Conexão à Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br) e consumir, em tempo real, os metadados de 100% das novas ações judiciais distribuídas em todos os tribunais do país.
- Análise de **metadados** para identificar **anomalias estatísticas**
- Ex: Concentração súbita de ações com a mesma classe/assunto, mesmo réu ou mesmo advogado em uma unidade judiciária ou comarca; Distribuição pulverizada de ações por um mesmo advogado em comarcas diversas e sem aparente conexão com o domicílio das partes.
- O Sistema deve, de forma autônoma, agrupar os processos que apresentam essas anomalias em "**Clusters de Interesse**" iniciais.

Etapa 2: SONDA – Análise Comportamental dos Clusters

- **Aprofundamento** da análise para cada “Cluster de Interesse”, construindo um **grafo de relacionamentos** que conecte visualmente os processos, autores, réus e, principalmente, os advogados e escritórios envolvidos.
- Cálculo de “**Score de Risco de Abusividade**” para cada cluster.

Etapa 3: PERITO - Análise Forense do conteúdo e de similaridade

- Para os **clusters** com o **mais alto "Score de Risco de Abusividade"**, o sistema deve, de **forma automática e seletiva**, requisitar (via API Codex ou similar) e processar o conteúdo dos documentos essenciais, como petições iniciais, procurações e comprovantes de residência.
- O sistema deve realizar uma **comparação semântica** do conteúdo das petições iniciais dentro de um cluster, gerando um percentual de similaridade textual.
- O sistema deve **calcular o hash criptográfico** de todos os **documentos** (procurações, comprovantes) para identificar o reuso exato do mesmo arquivo em processos de partes distintas.

Entregas para os usuários

Produto 1: Painei de Inteligência Estratégica

(Para Gestores do CNJ e Tribunais)

- Dashboard nacional, acessível a perfis de gestão
- **Conteúdo mínimo:** Mapa de calor da judicialização brasileira, alertas de tendência e rankings dinâmicos

Produto 2: Dossiê de Inteligência Processual

(Para o Magistrado da Causa)

- Dossiê de inteligência processual, de fácil consulta acessível diretamente do sistema processual (PJe, e-SAJ, etc), para todo processo individual que for parte de de um **cluster de alto risco**
- **Conteúdo mínimo:** Sumário executivo, visualização do grafo, laudo de similaridade e laudo de reuso de documentos
- Possibilidade de **etiquetagem massiva** pelo magistrado com base no dossiê

Obrigada!

Daniela Madeira Conselheira do CNJ
Integrante do Grupo Decisório do Centro
de Inteligência do Poder Judiciário
gab.danielamadeira@cnj.jus.br

